

Rischbieter

sugere pacto

contra crise

O ex-ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, defendeu ontem o estabelecimento de um projeto nacional após consulta aos partidos políticos, à Igreja, aos estudantes, trabalhadores e a toda a sociedade civil, como saída para superar a atual crise econômica. Esse projeto nacional serviria, segundo o ex-ministro, para credenciar tanto interna quanto externamente os interlocutores brasileiros, para encaminhar uma solução ampla negociada com os credores estrangeiros. Esta é, na opinião de Rischbieter, a única saída para o atual impasse.

Se isso não for conseguido, haverá três outras soluções, todas elas ruins para o País. A primeira é a que ele chamou de solução argentina, ou seja, a inexistência de um projeto nacional definido. A segunda seria um fechamento político de direita, e a terceira, uma solução nacionalista, que renegaria a dívida externa. De acordo com Rischbieter nenhuma dessas três soluções satisfaz às necessidades atuais da Nação.

Por sua vez, o empresário Abílio Diniz, diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, falando também no Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, disse que a moratória é a penúltima das saídas possíveis. Pior do que a moratória, disse Diniz, é o imobilismo atual, que poderá resultar numa quebra de caixa, com um conseqüente choque de oferta. A saída defendida por Diniz prevê uma ampla renegociação da dívida externa brasileira com os credores estrangeiros. Tal renegociação, segundo o empresário, permitiria ao País uma trégua de pelo menos três anos para a reorganização de sua economia.

Tanto Rischbieter quanto Diniz e o economista Celso Furtado, também presente ao seminário, concordam em que os credores do País aguardam atualmente uma proposta do governo brasileiro no sentido de renegociar as condições de pagamento de sua dívida externa.

Quanto à participação do Brasil na reunião dos países endividados a realizar-se brevemente, em Caracas, Rischbieter disse ser importante porque demonstra mais uma vez que o Brasil, ao contrário do que sempre se disse ao longo dos últimos anos, é um País cuja economia é igual a de outros países do Terceiro Mundo.

MORATÓRIA TÁCITA

"A moratória é necessário para que o País recupere sua liberdade de ação no campo econômico. Aliás, já estamos numa moratória tácita, configurada pelo atraso de 50 dias, em média, no pagamento dos juros da dívida externa."

Essa afirmação foi feita ontem, em São Paulo, pelo ex-ministro do Planejamento, Celso Furtado, durante um debate promovido pela Associação Comercial, do qual também participou o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), José Júlio Senna.

De acordo com Furtado, a prioridade econômica atual deve ser a retomada do crescimento. Para isso, no entanto, o País tem de ter autonomia de decisões e liberdade de ação, perdidas quando resolveu recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Com o intuito de recuperá-las, segundo Furtado, é preciso "renunciar à assistência do FMI (não se trata de romper com esse organismo, explicou) e definir as condições em que vamos renegociar a dívida externa"